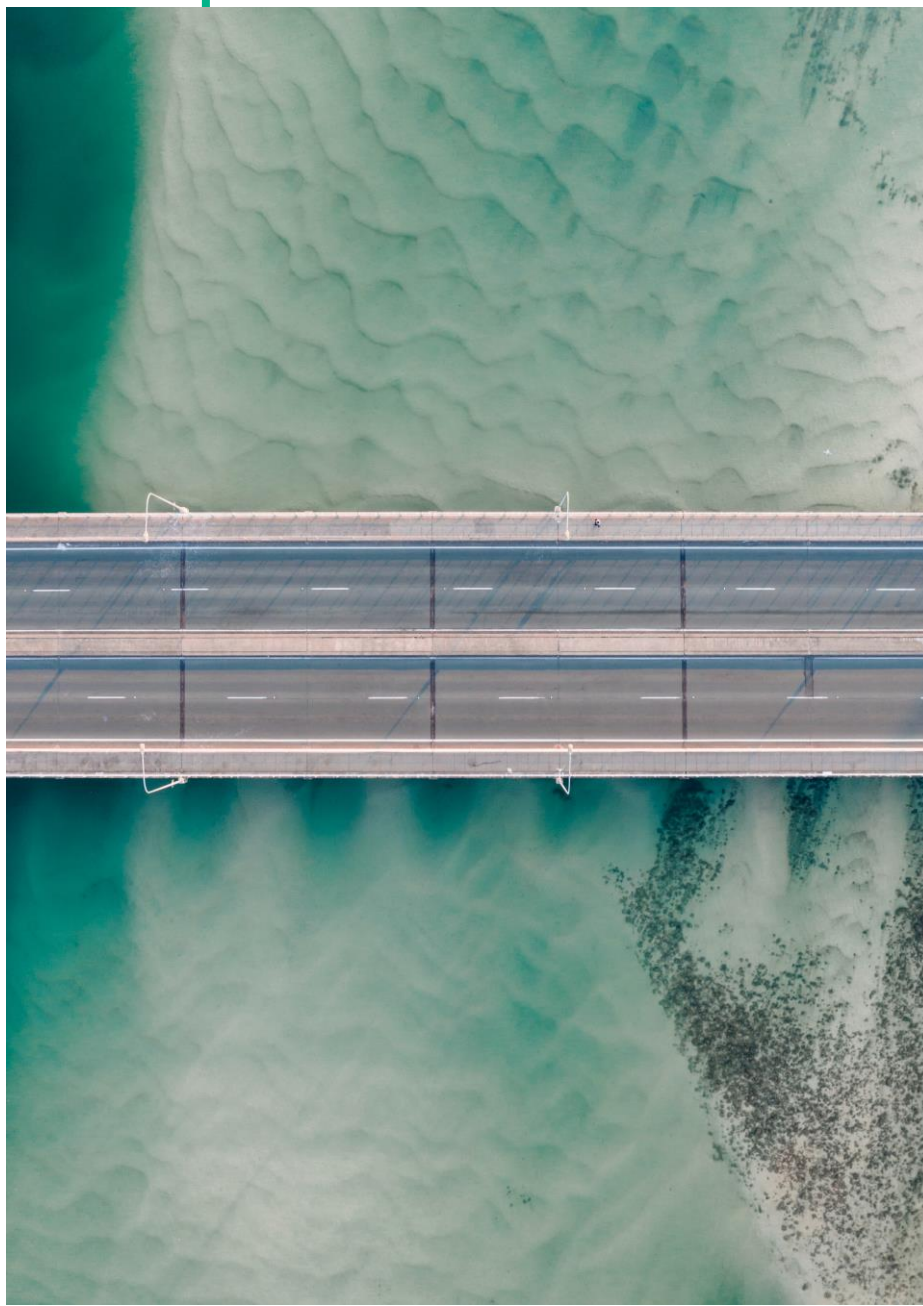


# AMBIENTE

EM DESTAQUE

V d A E X P E R T I S E



**1.º Trimestre de 2021**

**AR, CLIMA E  
EMISSIONES  
ATMOSFÉRICAS****[DECRETO-LEI N.º 1/2021, DE 6 DE JANEIRO](#)**

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1831, que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos

**[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 5/2021, DE 19 DE JANEIRO](#)**

Aprova o modelo do projeto-piloto relativo à avaliação prévia de impacto legislativo na ação climática

**[DESPACHO N.º 883/2021, DE 21 DE JANEIRO \(2.ª SÉRIE\)](#)**

Clarifica o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (AIA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação

**[PORTARIA N.º 38/2021, DE 16 DE FEVEREIRO](#)**

Cria as taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas

**[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 8/2021, DE 25 DE FEVEREIRO](#)**

Retifica a Portaria n.º 38/2021, de 16 de fevereiro, que cria as taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas

**RESÍDUOS****[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 3/2021, DE 21 DE JANEIRO](#)**

Retifica o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, do Ambiente e Ação Climática, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852

**[DECRETO-LEI N.º 16/2021, DE 24 DE FEVEREIRO](#)**

Altera os sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e introduz medidas relativas à geração e recuperação dos desvios de recuperação de determinados gastos

**RECURSOS  
HÍDRICOS****[DESPACHO N.º 2064/2021, DE 24 DE FEVEREIRO \(2.ª SÉRIE\)](#)**

Aprova os objetivos nacionais para o cumprimento do Protocolo sobre a Água e Saúde à Convenção de 1992 Relativa à Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais

[DECRETO-LEI N.º 16/2021, DE 24 DE FEVEREIRO](#)

Altera os sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e introduz medidas relativas à geração e recuperação dos desvios de recuperação de determinados gastos

**MAR**[LEI N.º 1/2021, DE 11 DE JANEIRO](#)

Primeira alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional

**RESERVA  
ECOLÓGICA  
NACIONAL**[AVISO N.º 165/2021, DE 6 DE JANEIRO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Viseu

[DESPACHO N.º 2738/2021, DE 11 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Correção material da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Ovar

[DESPACHO N.º 2739/2021, DE 11 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Cantanhede

[AVISO N.º 4638/2021, DE 15 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Vieira do Minho

[AVISO N.º 4854/2021, DE 17 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Sátão

[DESPACHO N.º 2902/2021, DE 17 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Serpa

[DESPACHO N.º 2903/2021, DE 17 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Santiago do Cacém

[AVISO N.º 5546/2021, DE 25 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Vagos

[DESPACHO N.º 3330/2021, DE 26 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Trancoso

[AVISO N.º 5805/2021, DE 26 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município do Bombarral, no âmbito do Plano Diretor Municipal (alteração)

[AVISO N.º 5806/2021, DE 26 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Loulé

[DESPACHO N.º 3419/2021, DE 30 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Correção material da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Odemira

---

**FLORESTAS**[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 10/2021, DE 27 DE JANEIRO](#)

Recomenda ao Governo apoios para retirar as árvores ardidas com incêndios de 2017, arranque de eucaliptos de crescimento espontâneo e para a (re)florestação com espécies endógenas

---

**CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA E DA  
BIODIVERSIDADE**[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 28/2021, DE 22 DE MARÇO](#)

Aprova o Projeto de Promoção da Cogestão em Áreas Protegidas de Âmbito Nacional

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 29/2021, DE 22 DE MARÇO](#)

Aprova os projetos de restauro e valorização de habitats naturais, com prevenção estrutural contra incêndios, nos Parques Naturais do Litoral Norte, do Alvão, da Serra da Estrela, de Sintra-Cascais e do Vale do Guadiana

---

**NOTÍCIAS  
RELEVANTES**[FOI CONSTITUÍDA A PRIMEIRA COMISSÃO DE COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS](#)

O Parque Natural da Serra de São Mamede, localizado nos municípios de Arronches, Castelo de Vide, Portalegre e Marvão, é a primeira área protegida do país com uma comissão de cogestão constituída. Tendo em vista o objetivo de promover a participação na gestão do referido parque natural por parte das diversas entidades relevantes na região, esta comissão de cogestão terá responsabilidades específicas, enquanto órgão de administração e gestão desta área protegida, sendo o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

### CRIADO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO NA AÇÃO CLIMÁTICA

No passado dia 7 de janeiro, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que cria o projeto-piloto de avaliação de impacto de diplomas legais na ação climática.

A Avaliação de Impacto Legislativo na Ação Climática criada é incorporada no sistema de Avaliação Prévia de Impacto Legislativo já existente, sendo realizada através de um questionário, aborda aspetos de mitigação e de adaptação às alterações climáticas.

Com efeito, a métrica adotada permite retirar conclusões relativas ao alinhamento da proposta de diploma com os objetivos de política climática, o qual constitui um contributo importante para a transição para a neutralidade carbónica.

Esta avaliação global do alinhamento dos projetos legislativos com a política climática nacional adota um sistema de semáforo, atribuindo aos diplomas um dos seguintes veredictos: (i) Verde: Alinhamento com a política climática e o objetivo de neutralidade carbónica; (ii) Amarelo: Alinhamento parcial, carecendo de aperfeiçoamento; e (iii) Vermelho: Carece de aperfeiçoamento.

### ECONOMIA CIRCULAR: PARLAMENTO PEDE REGRAS DE CONSUMO E RECICLAGEM MAIS RÍGIDAS

O Parlamento Europeu aprovou no passado dia 10 de fevereiro o relatório que contém recomendações políticas abrangentes para alcançar uma economia neutra em carbono, sustentável, livre de elementos tóxicos e totalmente circular até, no máximo, 2050.

Com efeito, entendeu o Parlamento que são necessárias metas obrigatórias para 2030 para o uso de materiais e a pegada ecológica do consumo, cobrindo todo o ciclo de vida de cada categoria de produto colocada no mercado europeu.

Neste sentido, apela também a Comissão a propor objetivos vinculativos para o conteúdo reciclado específicos a cada produto e/ou setor, instando a Comissão a apresentar nova legislação de 2021, alargando o âmbito da Diretiva relativa à conceção de modo a incluir produtos não relacionados com a energia.

### UE CRIA NOVAS PARCERIAS EUROPEIAS E INVESTE QUASE 10 MIL MILHÕES DE EUROS PARA UMA TRANSIÇÃO DIGITAL VERDE

A Comissão propôs a criação de 10 novas Parcerias Europeias entre os União, Estados Membros e/ou a indústria, tendo em vista à aceleração para uma transição verde,

Climaticamente neutra e digital, tornando a indústria europeia mais resiliente e competitiva.

A UE fornecerá cerca de 10 mil milhões de euros de financiamento, o qual deverá ser igualado pelos parceiros com um montante equivalente de investimento. Com efeito, espera-se que esta contribuição combinada mobilize mais investimentos em apoio às transições, criando impactes positivos a longo prazo no emprego, no ambiente e na sociedade.

**UNIÃO  
EUROPEIA**

[DIRETIVA DA UNIÃO EUROPEIA, \(UE\) 2020/2184, RELATIVA À QUALIDADE DA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO \(REFORMULAÇÃO\)](#)

[REGULAMENTO \(UE\) 2021/341 DA COMISSÃO, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE ALTERA OS REGULAMENTOS \(UE\) 2019/424, \(UE\) 2019/1781, \(UE\) 2019/2019, \(UE\) 2019/2020, \(UE\) 2019/2021, \(UE\) 2019/2022, \(UE\) 2019/2023 E \(UE\) 2019/2024 NO RESPEITANTE AOS REQUISITOS DE CONCEÇÃO ECOLÓGICA APLICÁVEIS AOS SERVIDORES E PRODUTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, MOTORES ELÉTRICOS E VARIADORES DE VELOCIDADE, APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO, FONTES DE LUZ E DISPOSITIVOS DE COMANDO SEPARADOS, ECRÃS ELETRÓNICOS, MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇA PARA USO DOMÉSTICO, MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA PARA USO DOMÉSTICO E MÁQUINAS COMBINADAS DE LAVAR E SECAR ROUPA PARA USO DOMÉSTICO E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO COM FUNÇÃO DE VENDA DIRETA](#)

[DECISÃO \(UE\) 2021/355 DA COMISSÃO, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021, RELATIVA ÀS MEDIDAS NACIONAIS DE EXECUÇÃO PARA A ATRIBUIÇÃO TRANSITÓRIA A TÍTULO GRATUITO DE LICENÇAS DE EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 11.O, N.O 3, DA DIRETIVA 2003/87/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO \[NOTIFICADA COM O NÚMERO C\(2021\) 1215\]](#)

[REGULAMENTO DE EXECUÇÃO \(UE\) 2021/392 DA COMISSÃO, DE 4 DE MARÇO DE 2021, RELATIVO À VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO DE DADOS RESPEITANTES ÀS EMISSÕES DE CO2 DOS AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DOS VEÍCULOS COMERCIAIS LIGEIROS NOS TERMOS DO REGULAMENTO \(UE\) 2019/631 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO E QUE REVOGA OS REGULAMENTOS DE EXECUÇÃO \(UE\) N.O 1014/2010, \(UE\) N.O 293/2012, \(UE\) 2017/1152 E \(UE\) 2017/1153 DA COMISSÃO](#)

[RETIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DE EXECUÇÃO \(UE\) 2020/2151 DA COMISSÃO, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE ESTABELECE REGRAS SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES DE MARCAÇÃO HARMONIZADAS DOS PRODUTOS DE PLÁSTICO DE UTILIZAÇÃO ÚNICA ENUMERADOS NA PARTE D DO ANEXO DA DIRETIVA \(UE\) 2019/904 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO RELATIVA À REDUÇÃO DO IMPACTO DE DETERMINADOS PRODUTOS DE PLÁSTICO NO AMBIENTE \( JO L 428 DE 18.12.2020\)](#)

[REGULAMENTO DE EXECUÇÃO \(UE\) 2021/447 DA COMISSÃO, DE 12 DE MARÇO DE 2021, QUE DETERMINA OS VALORES DOS PARÂMETROS DE REFERÊNCIA REVISTOS PARA A ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE EMISSÃO A TÍTULO GRATUITO ENTRE 2021 E 2025, NOS TERMOS DO ARTIGO 10.O-A, N.O 2, DA DIRETIVA 2003/87/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO](#)

# Contactos



**MANUEL GOUVEIA PEREIRA**  
MGP@VDA.PT